

CARACTERÍSTICAS DE UM NOVO TEMPO: o jornal como estratégia de articulação estudantil



<https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38548>

Lucas Felipe Carlos do Nascimento¹

RESUMO:

O presente trabalho busca analisar o jornal estudantil secundarista *Novo Tempo*, produzido entre 1981 e 1984 por estudantes da Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho na cidade de Mossoró/RN. A presente pesquisa, ainda em andamento, objetiva analisar o jornal *Novo Tempo* como um espaço de resistência e denúncia. Em específico, como os jornais são um dos principais meios de comunicação e circulação de informações, objetiva-se entender quais os principais assuntos abordados e como se constituía em um meio de comunicação estudantil inserido na cidade de Mossoró. Para tanto, utilizaremos das reflexões de Luca (2006) para problematizar a fonte, entendendo-a como um periódico com um lugar social específico e com uma função social bastante característica.

PALAVRAS-CHAVE: Periódicos; Movimentos Secundaristas; Transição democrática.

CHARACTERISTICS OF A NEW TIME: the newspaper as a strategy for student articulation

ABSTRACT:

The present work seeks to analyze the high school student newspaper *Novo Tempo*, produced between 1981 and 1984 by students at Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho in the city of Mossoró/RN. This research, still in progress, aims to analyze the newspaper *Novo Tempo* as a space for resistance and denunciation. Specifically, since newspapers are one of the main means of communication and circulation of information, the aim is to understand the main subjects covered and how it constituted a means of student communication inserted in the city of Mossoró. To this end, we will use Luca's reflections (2006) to problematize the source, understanding it as a periodical with a specific social place and with a very characteristic social function

KEYWORDS: Periodicals; Secondary School Movements; Democratic Transition.

¹Estudante do curso de graduação em Licenciatura em História na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: felipenascimento@alu.uern.br.

Introdução

O movimento estudantil (ME) foi uma importante frente de resistência à ditadura civil-militar instaurada pelo golpe de 1964. Mesmo duramente reprimido, o ME conseguiu denunciar as atrocidades cometidas pela ditadura. Longe de ser homogêneo, contudo, o movimento estudantil era extremamente diverso e dividia-se, como até hoje, em dois grandes grupos: os estudantes do ensino superior, a que chamaremos de universitários, ainda que essa parcela do movimento estudantil não se resuma às universidades; e os estudantes secundaristas, que são os matriculados nos cursos de 1º e 2º graus.

O ensino secundário em si, segundo Gonçalves, Guilherme e Henriques (2020), é

um termo consagrado na legislação educacional brasileira que, historicamente, compreendeu os níveis ginásial e colegial, abrangendo jovens de idade entre 11 e 17 anos. Com a outorga da Lei Federal n. 5692/1971, o governo civil-militar, alterou tal nomenclatura, impondo uma organização que passou a contemplar o primeiro e o segundo graus. Atualmente, e a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), tais segmentos de ensino passaram a ser denominados Fundamental II e Médio.

Em termos bibliográficos, a atuação do movimento estudantil foi estudado contemplando em maior grau a geração de 1968 do movimento estudantil universitário em detrimento da que viveu a transição democrática na década de 1980, como nos mostra Lacerda (2013, p. 27):

Mesmo as pesquisas produzidas como sínteses da atuação estudantil durante a Ditadura não são capazes de romper com essa memória que se forma também influenciada pela produção bibliográfica, pois o foco de análise, mesmo na reconstrução narrativa, recai sobre o 1968 em detrimento dos anos 1970 e 1980, estes que passam a segundo plano e na sequência se tornam subestimados pelas produções que classificam este tempo como uma desmobilização estudantil e analisam negativamente a influência dos partidos políticos que surgem pós 1979 no interior do movimento.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Tendo isso em vista, esta pesquisa trata do movimento estudantil secundarista no início da década de 1980, durante a transição democrática, utilizando como fonte o jornal estudantil *Novo Tempo*.

O recorte estudado abrange o processo de transição democrática, que não foi nem de longe simples de se realizar. Longe de ser uma mera concessão do regime, o projeto da tão sonhada “transição lenta e gradual” foi conturbado pela ação da oposição.

Conforme Schwarcz e Starling (2015), Ernesto Geisel e o general Golbery do Couto e Silva, com seu projeto de abertura controlada, pretendiam “manter a oposição longe do Executivo, de modo a garantir que a alternância de poder se realizasse de maneira tutelada, restrita aos círculos civis aliados e sem riscos institucionais.” (p. 468).

Há que se dizer, como coloca Lacerda (2019), que a transição democrática foi pactuada, permitindo menor margem de ação em razão das forças ditatoriais ainda se encontrarem em vigor. Contudo, trata-se de uma relação entre projeto e processo em que o projeto dos militares para a transição sofreu ação da oposição, alargando os limites definidos por eles (p. 95).

Na verdade, a década de 1980 foi bastante conturbada, chegando ao ponto de ser chamada por alguns de “década perdida”. De fato, segundo Rostoldo (2003), economicamente, essa década se caracterizou pelo aumento da dívida externa, da inflação e ainda por crises financeiras. Já em 1979, com o segundo choque do petróleo, a crise financeira começou a aparecer, atingindo seu ápice em 1982 com a moratória mexicana.

Esse choque mostrou a vulnerabilidade econômica do país a oscilações externas. A partir daí, os países com processos de endividamento externo foram fortemente atingidos, o que gerou desemprego e quedas reais do salário. Mais do que isso, provocou nos países ditos “emergentes” uma enorme frustração:

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

acreditavam que estavam próximos do patamar de “desenvolvimento”, mas voltaram ao “subdesenvolvimento”.

Contudo, a primeira metade dos anos 1980 não foi somente de perdição. Nessa década também houve, segundo Rostoldo, grande efervescência cultural e política. A produção cultural, por exemplo, passou à cultura de massas, modificando o mercado da cultura sensivelmente, sem assumir um estilo único, impondo outra fisionomia à cultura brasileira.

Mais do que apenas pelo aspecto econômico, a década de 1980 teve outras facetas de grande importância. No início da década, os movimentos sociais ganharam nova roupagem e se expandiram. Além disso, tinham *status* de sujeito capaz de provocar a ruptura da estrutura capitalista em prol de autonomia e direitos. Os movimentos sociais ainda abriram novos canais de diálogo entre o Estado e a Sociedade, conferindo mais legitimidade e eficácia às suas demandas (Rostoldo, 2003).

O Novo Tempo

Quando se trata de trabalhar com periódicos como jornais, é preciso atentar-se para alguns fatores. Utilizar a imprensa como fonte histórica passa por compreendê-la como parte da realidade em que se insere, não apenas um artefato cujas afirmações se supõem como a verdade e o fato, mas antes a visão do grupo ou da pessoa que comanda o jornal, quando não também do próprio jornalista.

Nesse sentido, trabalhar com imprensa é isso, é entender o jornal no seu lugar social, marcado por características sociais e políticas conforme nos ensina Luca (2006), que também atenta para a importância da materialidade dos periódicos como elemento constitutivo de si e, portanto, de enorme importância para o entendimento do periódico enquanto fonte. Assim, informações como o número de tiragem dos exemplares, o tamanho da página e o tipo do papel não só fazem parte

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

do jornal enquanto artefato como também podem esclarecer alguns de seus aspectos.

Mais do que isso, trabalhar com o jornal, neste caso, o *Novo Tempo*, também implica analisar a diagramação do jornal, a forma como o conteúdo dos artigos e as matérias são distribuídas na página, bem como a ordem em que são apresentados – se são em seções, cadernos extras etc.

Cruz e Peixoto (2007) nos oferecem mais aspectos que podem ser utilizados para entender o jornal, como as capas e as primeiras páginas, as partes e cadernos, a iconografia – charges, ilustrações, gráficos, desenhos, anúncios e publicidade, dentre outros (p. 266). A análise desses elementos ajuda a perceber o movimento ativo do jornal.

O *Novo Tempo* foi um jornal produzido por estudantes secundaristas entre 1981 e 1984 na Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho (EEPAFC), situada na cidade de Mossoró/RN. Datilografado em folha A4 nas oficinas gráficas do colégio, esse periódico contou com dezessete edições, que foram digitalizadas e cedidas por um de seus editores, Francisco Bento das Chagas Guerra.

Com exemplares variando de 200 a 500 tiragens, o *Novo Tempo* era lido por estudantes de outras escolas, além de ter relação com a Casa do Estudante de Mossoró. Na tabela abaixo segue a distribuição das dezessete edições:

Tabela 1 - Tabela de distribuição das edições do Novo Tempo

Edição	Mês/Ano de referência	Ano do jornal
1 ^a	Maio/1981	
2 ^a	Junho/1981	
3 ^a	Impreciso/1981	
4 ^a	Novembro/1981	Ano I
5 ^a	Novembro/Dezembro/1981	
6 ^a	Março/1982	
7 ^a	Maio/1982	Ano II

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

8 ^a	Agosto/Setembro/1982
9 ^a	Agosto/Setembro/1982
10 ^a	Outubro/1982
11 ^a	Fevereiro/Março/1983
12 ^a	Abril/Maio/1983
13 ^a	Edição de Aniversário
14 ^a	Julho/Agosto/1983
15 ^a	Setembro/1983
16 ^a	Novembro/Dezembro/1983
17 ^a	Março/abril/1983

Ano III

Segundo o primeiro editorial, a equipe gostaria de marcar, com o jornal, um início de uma série de coisas boas:

Bom amigos, este é o nosso primeiro jornal. Devemos salientar também, que é o primeiro do nosso colégio.

Este pequeno informativo, que será mensalmente circulado com a ajuda de todos, é composto de alunos do Abel Coelho, que voluntariamente o faz. Esta equipe espera que este chegue a todos com bom grado e boa aceitação.

NOVO TEMPO, quer levar até vocês coisas atuais, que interessa a todos. Desde um assunto da nossa própria escola, até outros de maior repercussão.

Este exemplar quer marcar um início, sendo por tanto, apenas o começo de uma série de acontecimentos bons que esperamos que aconteça no nosso colégio, principalmente coisas que partam de nós estudantes. Daí a grande importância de sua colaboração. E para que este não fracasse, é preciso de sua ajuda; da ajuda de todos os estudantes que se interessam pela boa instrução de seu colégio, e sua também! S. F. (NOVO TEMPO, 1981, ano 1, nº 1, p. 2).

Esse jornal era um espaço que os estudantes utilizavam para tecer críticas e reivindicações acerca da sua realidade. Vários assuntos eram abordados, desde a questão estrutural da escola à abolição da escravatura em Mossoró em 1883.

Mais à frente, numa matéria intitulada “Ao jornal Novo Tempo”, na edição de aniversário lançada em 1983, a ideia para a criação do jornal partiu da 2^a ano de Construção Civil. Formariam a primeira equipe de redação do 1º número os estudantes Sílvio Filgueira, Wilkie Marcos, José Wandilson, Martinho Lúcio, Franci, Elza Brito, prof. Lacerda. As gráficas utilizadas foram as cedidas pela diretoria da

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

escola. As professoras Maria José Falcão e Maria Luíza Pinheiro Néo e o professor Antonio Capistrano colaboraram bastante. (NOVO TEMPO, 1983, ano 3, nº 13, p. 6).

No ano seguinte, a responsabilidade passou para o grupo Pró-aluno através dos estudantes Giuzélio Lobato, Edilberto Rêgo, Leodécio Araújo, João José Lopes Carvalho e Mendes, Chico Chagas com as artes e Francisco Bento Guerra, editor do jornal entre 1982 e 1984, até sua última edição

Uma queixa constante era quanto às condições físicas e materiais das escolas. Da falta de refrigeração dos bebedouros (NOVO TEMPO, 1981, ano 1, nº 4, p. 11), cuja água era demasiada quente, à ausência de estacionamento para bicicletas (NOVO TEMPO, 1982, ano 2, nº 8, p. 7), os problemas estruturais eram gritantes, ainda que a escola fosse recém-fundada.

Alguns dos maiores desafios enfrentados pelo movimento estudantil secundarista foram os de natureza estrutural. De falta de refrigeração dos bebedouros (NOVO TEMPO, 1981, ano 1, nº 4, p. 11), cuja água era demasiada quente, à ausência de estacionamento para bicicletas (NOVO TEMPO, 1982, ano 2, nº 8, p. 7), muitos eram os problemas estruturais que assolavam os estudantes da EEP AFC, mas, das escolas estaduais, tais problemas não eram exclusividade desta escola.

Estudantes do Centro de Educação Integrada Professor Eliseu Viana (CEIPEV), escola também da rede estadual, apresentou uma reportagem (NOVO TEMPO, 1981, ano 1, nº 2, p. 6) em que são descritos diversos problemas não descritos, como os banheiros, portas e carteiras quebradas por estudantes que não viam o colégio como deles. O laboratório da escola, ainda que existente, quase não funcionava propriamente devido à ausência de material. Ainda havia a falta de água para beber, que era disponibilizada em seis filtros em péssimas condições. Em algumas salas de aula faltavam as madeiras circundantes dos quadros, além de que na

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

maioria das salas não contava com ventiladores, tornando-as quentes. As charges a seguir representam também o estilo gráfico do jornal.

Para contornar os problemas orçamentários, além de parte do dinheiro advindo das matrículas, as escolas promoviam festas para arrecadar fundos para sustentação. Isso a reportagem critica duramente, preocupada com a transformação das escolas em boates de tanta festa que fazem, ainda que para o fim de arrecadar dinheiro para seu funcionamento.

Além de problemas estruturais, no CEIPEV também ocorreu a expulsão de um professor por parte da diretora. Os estudantes protestaram escrevendo nas paredes “Fora Diretora. Queremos Eudes de volta”.

Na EEPAFC a situação era semelhante em termos estruturais. Em 1981, em sua quarta edição, com 500 exemplares de tiragem, uma matéria denominada “Água”, criticou em tom ácido e irônico a temperatura dos bebedouros:

“Ter ou não ter? Essa é a grande confusão. Todos sabem que temos vários bebedouros a nossa disposição. Mas para que serve os mesmos? Para acumular água quente? Se quisermos cozer ovos e peixe não teremos nem uma dificuldade. Se você nunca teve dor de garganta eu lhe digo como fazer para ter, basta beber água em nossos bebedouros, água natural como Deus criou?

Fica aqui a pergunta: E a refrigeração de nossos bebedouros senhor governador? Quando é que teremos? Será que só em 82? É, pois, nesse ano o senhor irá precisar de nós para fazer governador do seu candidato. Pessoal, vamos esperar, certo? Sentados, pois em pé poderemos cansar.” (NOVO TEMPO, nov. 1981, ano 1, nº 4, p. 9)

Já a dezembro, na quinta edição, que também contou com 500 exemplares de tiragem, o governador parece ter atendido a essa reivindicação:

“Abrimos os braços para o governador que por bênção de Deus, nos enviou o sistema de refrigeração para os nossos bebedouros.

Os alunos do Abel Coelho também já não suportavam mais essa água escaldada que tínhamos. Por isso, todos nós agradecemos ao governador e rogamos a Deus para que do mesmo modo como o governador nos atendeu com a refrigeração dos nossos bebedouros, ele também nos

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

mande os ventiladore. Pelo menos um para cada sala do aula. Não esquecendo também da nossa quadra que tanto esperamos um dia termos. Seria um benefício na área esportiva, para que não aconteça como por exemplo, o fracasso que foi o nosso campeonato de futebol interclasse que não conseguiu seus objetivos. Única o exclusivamente por falta da nossa quadra de futebol. Pois jogam numa área sem condições, como a nossa. Não é nada gratificante.

Olha pessoal, não vamos nos deixar se enganar com um simples grão. Pois a galinha só enche o papo com diversos grãos de milho. Isso, mesmo.

Giuzelio Lobato". (NOVO TEMPO, dez. 1981, ano 1, nº 5, p. 11)

Podemos notar nessa matéria que, além de as reclamações terem surtido efeito, havia a consciência de que não se tratava de um favor nem era o suficiente. Em outro momento, a demanda pelos ventiladores, já na edição de número 12, em 1983, Giuzélio Lobato relata em sua seção “Informando” que, por meio do Premem (Programa de Expansão e Melhoramento do Ensino), 39 ventiladores de pé foram entregues à escola. Contudo, o ideal seriam ventiladores de teto.

O ensino profissionalizante

Outro desafio pelo qual passaram foi a qualidade do ensino profissionalizante universal, uma proposta da Lei de Diretrizes e Bases para o ensino em primeiro e segundo graus, a lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Segundo esse dispositivo legal, o ensino básico seria reorganizado e o segundo grau passaria a ser universalmente profissionalizante (Cunha, 2014, p. 914).

O autor explica mais detalhadamente o acontecimento: houve a fusão dos ramos do 2º ciclo do ensino médio, fundindo os ensinos secundário, normal, técnico industrial, técnico comercial e agrotécnico. Segundo o autor, o ensino profissionalizante universal foi um dos grandes fracassos – se não o maior – educacionais da ditadura. A partir de então, passaram a ofertar somente cursos denominados “profissionalizantes”. Tais cursos tinham como objetivo formar

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

técnicos e auxiliares técnicos ao passo que cursos exclusivamente propedêuticos deixariam de existir (p. 914-915).

É importante ressaltar que, ainda segundo o autor, a profissionalização universal e compulsória não era defendida nem dentro nem fora do MEC, como também nenhum país do mundo a pôs em prática e os organismos internacionais sequer propunham algo parecido. Nem a própria *United States Agency for International Development* (USAID), preconizadora dos modelos estadunidenses de educação, recomendava tal alteração no ensino, visto que nos EUA não havia nada parecido.

Essa concepção de profissionalização só prevaleceu porque o Ministério da Educação (MEC) utilizou-se de meios autoritários para impor tal alteração, como a supressão de uma conferência de educação. Segundo Cunha (2014, p. 918),

Tanto o Documento inicial desse seminário quanto as recomendações da IV Conferência convergiam na condenação à especialização precoce na formação profissional (por razões econômicas e sociais), no reconhecimento positivo da função propedêutica do ensino médio, na necessidade de se atualizar o conceito de educação geral centrada na ciência e na tecnologia, assim como na proclamação da desejabilidade da formação profissional mediante associação de escola e trabalho.

Os estudantes, por sua vez, não ficaram satisfeitos com essa realidade e muitas foram as reclamações da falta de estrutura e materiais. Mais que isso, os estudantes secundaristas tinham a noção de que a aplicação da lei 5692/71 também teve impactos sociais.

O estudante Gonzaga, do 1º ano A noturno em 1981, em matéria no *Novo Tempo*, que o “ensino atual não está alcançando coisa alguma e nenhum objetivo legal”. Queixa-se ainda de que chegar “[...] ao vestibular sem a tranquilidade de antigamente” (NOVO TEMPO, 1981, ano 1, nº 3, p. 5). Na edição seguinte, a de nº 4 de novembro de 1981, o jornal reclama da falta de materiais para a realização de aulas práticas e critica a atitude do governador do estado, à época Lavoisier Maia do PDS, em relação à educação.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Durante uma parte da existência do jornal, o grupo responsável pelo *Novo Tempo* também fez parte do Centro Cívico José de Arimateia Leite, vinculado à E. E. Prof. Abel Freire Coelho. Centros cívicos escolares (CCE's) eram, segundo Guilherme (2011), uma tentativa de deter o MES como também de desenvolver nos jovens “um novo modo de pensar e agir” (p. 86). Dessa forma, pretendiam formar gerações alinhadas com os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional e com os princípios morais segundo os ditados pelo regime.

Assim, por meio do Decreto nº 68.065 de 14 de janeiro de 1971, o governo instituiu os CCE e as diretrizes da Educação Moral e Cívica, sendo o CCE “responsável por influenciar a formação e o aperfeiçoamento do caráter dos alunos e prepará-los para vivenciar a Democracia em um futuro próximo.” (p. 87).

Contudo, ainda que as normas oficiais fossem categóricas e que o objetivo dos CCEs fossem os supracitados, conforme Gonçalves, Guilherme e Henriques (2020, p. 180), “a organização e a participação nos CCE foram marcantes para os sujeitos envolvidos no processo e que, de formas variadas, apropriaram-se das normas, ora assimilando-as, ora transgredindo-as.”.

Considerações finais

Assim, podemos ver que o movimento estudantil secundarista de fato empreendeu resistência à sua conjuntura e se mostrou ativo e crítico em sua realidade, promovendo mudanças estruturais por meio das críticas e da organização. Nesse aspecto, o jornal *Novo Tempo* se mostrou indispensável para a coesão estudantil naquele momento.

Mais do que isso, é indispensável o estudo acerca da geração que vivenciou a transição democrática uma vez que o período da ditadura é alvo de uma importante disputa de memória.

REFERÊNCIAS

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Fontes

NOVO TEMPO. Mossoró/RN, 1981-1984.

Bibliografia

CUNHA, L. A. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, p. 912-933, dez. 2014.

CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. DO R. DA C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 35, 2007.

GONÇALVES, M. C.; KARINA CLÉCIA DA SILVA GUILHERME; HELDER HENRIQUES. Entre o indivíduo e o coletivo: análise dos Centros Cívicos Escolares durante a ditadura civil-militar brasileira (1971-1985). **Educació i Història: Revista d'Història de l'Educació**, jan-jun. 2020.

LACERDA, G. E. DE. A transição democrática e a memória da ditadura militar. **Ars Historica**, v. 8, 2013.

LACERDA, G. E. DE. **A História em disputa: movimento estudantil e a transição democrática brasileira**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, pg. 111-153.

ROSTOLDO, J. P. Brasil, 1979-1989 : uma década perdida? 11 jul. 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 709 p.